Entrevista

com **SILMARA JUNY DE ABREU CHINELATO**

Saudando a criação do Curso de Direito das Faculdades Integradas “Campos Salles”, antiga aspiração da comunidade, nesta edição de Augusto Guzzo Revista Acadêmica entrevistamos a Coordenadora dessa nova unidade, professora doutora Silmara Juny de Abreu Chinelato.

Livre-docente e Doutora pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, é professora associada do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da USP, por concurso de provas e títulos, nos Cursos de Bacharelado e de Pós-Graduação. Colaboradora da Associazione di Studi Sociali Latino Americani – ASSLA (Roma- Sassari), diretora do Brasilcon – Instituto de Política e Defesa do Consumidor, conselheira do Procon e do Instituto dos Advogados de São Paulo. Membro do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família e do Conselho Científico da Associação Brasileira de Direito Autoral – ABDA. Ex-procuradora do Estado de São Paulo, advogada e consultora jurídica.

Autora de vários títulos, entre eles o volume XVIII da Coleção *Comentários ao Código Civil*, Editora Saraiva.

Nesta entrevista, Silmara fala sobre o Curso de Direito da “Campos Salles”, os projetos da Instituição na área e as perspectivas profissionais para o Bacharel em Direito.

A.G.R.A - Qual a concepção do Curso de Direito das FICS?

SILMARA - O Curso de Direito das Faculdades Integradas “Campos Salles” foi concebido com ênfase no direito empresarial, para atender ao perfil do laborioso e dinâmico bairro da Lapa onde se situa.

O currículo está fundamentado na finalidade do Curso que é formar profissionais com cultura humanística, sólida e diversificada formação profissional, aptos a atender a sociedade pós-moderna, caracterizada pela diversidade e com-

plexidade de reclamos, de necessidades e de serviços.

Além das disciplinas obrigatórias no currículo, o Curso de Direito das FICSalles oferece o estudo de assuntos novos acompanhando a tendência cada vez mais diversificada do mercado de trabalho, renovado pelas disciplinas mais recentes como: Direito do Consumidor, Direito de Autor, Mediação, Bioética e Biodireito, Direito Ambiental.

A.G.R.A - Um dos pontos relevantes para garantir formação jurídica consistente é a existência de farta bibliografia à disposição do aluno. Neste aspecto, como podemos avaliar os investimentos feitos até o momento pela Instituição?

SILMARA - Nossa Biblioteca é rica e diversificada, sendo composta tanto por livros clássicos de Doutrina – nacionais e estrangeiros – como por obras da atualidade, anotando-se também revistas e periódicos. Acompanhei desde o início a formação do acervo da biblioteca e, ao lado do assessor do Projeto pedagógico, professor Horácio Wanderley Rodrigues, selecionei as obras que me pareceram relevantes: tanto as que se referem à doutrina clássica como as contemporâneas. Esse acervo é bastante rico, diversificado e atinge um nível raro em bibliotecas de Faculdades de Direito.

A.G.R.A - Como estão concebidos os projetos de pesquisa e extensão universitária?

SILMARA - Os projetos de pesquisa enfatizarão o Direito Empresarial, não obstante possa existir pesquisa de outros temas, havendo no Projeto do Curso uma Coordenação de Pesquisa e outra para Extensão. Serão feitas ao longo do Curso e poderão conviver com as relativas ao Trabalho de Conclusão de Curso ou tese de láurea (TCC). Ambas pretendem desenvolver a capacidade de pesquisa do aluno, em temas que interessem à sociedade civil. Os Cursos de Ex-

tensão comporão as atividades extracurriculares a que os alunos estão obrigados, destinando-se a atualizar conhecimentos com temas novos, sempre renovados pela dinâmica dos acontecimentos jurídicos, políticos e sociais da atualidade.

A.G.R.A - Falando em mercado de trabalho, qual sua avaliação sobre as perspectivas profissionais do Bacharel de Direito?

SILMARA - Os profissionais do Direito ou operadores do Direito têm amplo campo de trabalho, em setores diversos, tanto na área pública, como na privada. Entre os cargos e funções públicas privativos do bacharel em Direito, anotamos: Magistratura (federal e estadual), Magistratura do Trabalho, Ministério Público (federal e estadual), Ministério Público do Trabalho; Procuradorias dos Estados; Defensoria Pública, Procuradorias Municipais; Procuradorias da Administração Indireta da União, dos Estados e dos Municípios (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista), cargos na Polícia Civil, como o de Delegado. Na advocacia privada, o advogado atua tanto como profissional liberal, como advogado contratado – por exemplo, por empresas, para a área consultiva e a litigiosa – devendo-se enfatizar o crescente desenvolvimento, em várias áreas, da atividade empresarial que necessita da orientação do profissional do Direito, bem como das organizações não-governamentais (ONGs). Lembre-se que o Curso de Direito permite, ainda, o ingresso em outras carreiras como: fiscal de rendas, fiscal do trabalho, diplomacia.

A.G.R.A - Em que medida a globalização abre o leque de opções para este profissional?

SILMARA - A globalização amplia o campo de atuação de profissionais de diversas áreas e, na área jurídica, acentua a importância do Direito Internacional e do Direito Comunitário – o relativo à União Européia e ao Mercosul – sendo ambas as disciplinas ministradas no Curso de Direito das Faculdades Integradas “Campos Salles”. Para atuar além das fronteiras brasileiras, o profissional deve preparar-se para ler muito, estudar

as novas disciplinas, aprender novas línguas, aconselhando-se o estudo do inglês e do espanhol.

A.G.R.A - Em que setores e áreas podemos esperar maior demanda por advogados?

SILMARA - O campo de atuação é muito grande, conforme expliquei em resposta anterior, tanto na área pública como na área privada, anotando-se o grande desenvolvimento do Direito Empresarial – cada vez mais amplo e mais complexo – do Direito do Consumidor, do Direito Ambiental, do Direito aplicado às telecomunicações, tanto no âmbito público como no privado, às comunicações.

A.G.R.A - A consciência ética do profissional, independentemente da área de atuação, tem sido tema de análises e debates; como tem se encaminhado a reflexão sobre a ética na conduta do profissional de Direito?

SILMARA - A ética deve reger a atuação de qualquer pessoa no âmbito pessoal e no profissional. É uma qualidade não presente como seria desejável, o que se comprova por meio de sucessivas campanhas por mais ética nos diversos setores da sociedade civil.

O tema preocupa muito os órgãos responsáveis pela fiscalização dos Cursos de Direito e dos profissionais já formados. Por tal motivo foi incluída na grade curricular dos Cursos a disciplina Ética geral e Ética profissional. A Ordem dos Advogados do Brasil contribui decisivamente para a ênfase nessa preocupação, seja por meio de questões específicas no Exame de Ordem, seja por meio de Conselhos de Ética que fiscalizam a atuação dos profissionais, seja por campanhas como a da Ética na política.

A.G.R.A - Qual é sua mensagem aos futuros bacharéis em Direito em relação ao compromisso que assumem com a sociedade ao abraçar a profissão?

SILMARA - Na qualidade de profissional plenamente vocacionada para os diversos mistérios da carreira jurídica, aconselho que os alunos estudem muito as disciplinas do Curso

bem como cultivem o hábito da leitura de livros não técnicos, para adquirir conhecimentos mais amplos e diversificados, além de aprimorar o mais possível o estudo da língua portuguesa, de grande beleza e igual dificuldade.

O profissional da atualidade, para competir com chance de êxito, deve ser bem formado, bem informado, ter conhecimentos diversificados e expressar-se bem. Como em toda profissão, ter vocação é um diferencial, pois não acredito que

alguém que não a tenha possa enfrentar o longo caminho a percorrer. Na qualidade de professora de Direito – que cursou a carreira acadêmica, longa e a exigir muito estudo – ex-procuradora do Estado concursada, advogada e consultora jurídica, escritora de livros técnicos, posso afirmar que a carreira jurídica é muito rica, instigante e diversificada, sendo apta a fornecer não só ganho financeiro como também uma profunda satisfação em contribuir para se aplicar a Justiça.